22:19 88%

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patricia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*) Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*), João Cestari (*tecnologia*) e Marcelo Benez (*comercial*)

Jaguar

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

É Lula quem responde por yanomamis agora

Mesmo que tenha havido subnotificação anterior, número de mortes de indígenas em 2023 põe em xeque efetividade de ações na região

Uma das primeiras ações de grande visibilidade do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em janeiro do ano passado, foi a operação deflagrada para enfrentar a emergência de saúde na Terra Indígena Yanomami. Dados recém-noticiados, porém, põem em xeque a efetividade das medidas adotadas.

Descobriu-se que houve 363 mortes de yanomamis e outras etnias presentes no território em 2023. A cifra macabra —que ultrapassa as de 2022 (343) e de anos anteriores sob Jair Bolsonaro (PL)— veio à tona após uma reportagem da revista Oeste, que se valeu da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Autoridades de saúde dizem considerar inadequada uma comparação direta das estatísticas, e superficial a conclusão de que a situação piorou —haveria, apontam, uma subnotificação de casos e mortes no período anterior.

Por esse raciocínio, operam hoje naquela região 40% mais equipes de saúde. Casos e vítimas que passaram ou passariam despercebidos terminaram registrados, inflando o cômputo. A tese pode ser plausível, mas o governo continua tendo muito a explicar.

O garimpo ilegal de ouro e cassiterita, principal motor da tragédia yanomami, recrudesceu antes mesmo de completar-se um ano das iniciativas de Brasília.

Estima-se que continuem em ação no território cerca de 3.000 garimpeiros. Bem menos que os 20 mil antes da troca de governo, mas o suficiente para dificultar ou impedir de vez a ação de agentes de fiscalização ambiental e atenção de saúde em áreas mais remotas, como Surucucu e Auaris.

A presença de invasores e a devastação de florestas e igarapés favorecem a proliferação de malária. Já desnutridas pela falta de assistência, crianças indígenas vão sucumbindo a doenças antes que se cumpra sua remoção para centros de tratamento adequados.

Segundo apuração deste jornal, as Forças Armadas passaram a encolher o apoio logístico a equipes do Ibama e do Ministério da Saúde. A desativação de um entreposto de combustível na região do Palimiú, por exemplo, impediu helicópteros do Ibama de alcançar Auaris, na fronteira com a Venezuela.

A presença efetiva do Estado num território tão vasto quanto o dos yanomamis, do tamanho de Portugal, não é empreendimento trivial. Os retrocessos que ora se constatam são evidências de que o planejamento do combate ao garimpo e da atenção de saúde, ali, carece de coordenação e sustentação.

Não há dúvida de que Bolsonaro tratou o tema com descaso, se não hostilidade. Agora, entretanto, enfrentar esse déficit civilizacional é responsabilidade de Lula.

PM sangrenta

Em meio a turbulência no comando, outra ação em SP mancha trajetória de queda da letalidade

Em apenas 18 dias, 31 pessoas foram mortas em supostos confrontos com a Polícia Militar de São Paulo. Esse foi o resultado aterrador, contabilizado até quarta (21), da Operação Verão, deflagrada no dia 3 na Baixada Santista.

Trata-se da segunda ação mais mortífera da corporação paulista, superada apenas pelo massacre do Carandiru em 1992, que vitimou 111 presos. Outra operação recente fica em terceiro lugar. Nos 40 dias da Operação Escudo, realizada entre julho e setembro de 2023 na mesma região, foram 28 mortos.

Assim como na ação do ano passado, reportagem da **Folha** ouviu relatos de moradores que indicariam possíveis abusos de força.

Dado os números exorbitantes, a Operação Verão precisa ser monitorada pela Corregedoria da PM e pelo Ministério Público —que encontrou violações na ação de 2023.

As duas mancham a trajetória paulista de queda da letalidade policial, em parte impulsionada pela implantação de câmeras nas fardas dos agentes.

Entre junho e dezembro de 2020, foram 110 mortes em ações dos 18 batalhões que utilizavam a tecnologia. Já no mesmo período de 2021, foram só 17 —queda de 85%.

Segundo levantamento de dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020 o estado registrou 659 mortes em intervenções policiais. Em 2021, foram 423; em 2022, 256. Contudo, no primeiro ano de gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos), o número subiu para 353.

A letalidade torna-se tema ainda mais preocupante diante da recente reformulação na cúpula da PM, implementada por Guilherme Derrite, secretário de Segurança.

O coronel José Alexander Freixo, sub-comandante da corporoação, foi exonerado na quarta (21). Freixo era conhecido pela defesa das câmeras e por suas críticas às operações na Baixada Santista.

Trata-se de violência e balbúrdia demasiadas para tão pouco tempo de governo —e, pelo que se noticia, há risco de crise grave na PM paulista. Tarcísio deveria reavaliar as consequências de ceder ao obscurantismo truculento na gestão de uma área tão vital.

Triunfo do populismo

Hélio Schwartsman

Um dos problemas da democracia é que ela entrega aos eleitores o que eles querem. É eleitores, como todos os humanos, são poços de vieses cognitivos. Quando lidamos com erros de distribuição aleatória, até que a coisa pode funcionar. Se, numa questão complexa, um bom pedaço dos eleitores ou dos legisladores pende para um lado, e outro, de dimensões comparáveis, para o outro, o desenho da política a ser adotada acabará recaindo sobre os poucos que não têm uma preferência muito clara (os moderados), que tendem a ser mais sensíveis à argumentação racional. Quando, porém, estamos diante de um viés sistemático, isto é, em que a grande maioria exibe a mesma propensão, é quase certo que o erro será imortalizado em política.

É bem este o caso da legislação que restringe fortemente a concessão de saídas temporárias a presos. Ela acaba de passar no Senado, pelo incrível placar de 62 votos a 2. Como houve alteração no texto, o projeto volta para a Câmara. Em termos objetivos, é um erro. As saídas temporárias funcionam relativamente bem (a taxa de evasão é da ordem de 5%), são uma ferramenta útil para a ressocialização dos presos e tornam as penitenciárias mais manejáveis. Quanto mais lotadas são as cadeias, piores se tornam as condições de encarceramento. E quanto piores as condições de encarceramento, mais fácil é para organizações criminosas recrutar mão de obra. O Estado precisa deixar de ser o RH do PCC.

O populismo em geral e o populismo penal em particular sempre funcionaram mais ou menos assim. Se a política baseada em evidências vai contra a percepção popular, no caso a ideia de que criminosos devem apodrecer na cadeia, pior para as evidências. O que me parece novidade é que, nestes tempos de cancelamentos e pressão virtual direta, nem as vozes de esquerda que costumavam empunhar a bandeira do humanismo penal tenham tido a coragem de fazê-lo: 62 a 2 é de doer.

helio@uol.com.br

Braga Netto é a arma fumegante

Bruno Boghossian

Jair Bolsonaro não queria só um companheiro de chapa quando escolheu Braga Netto na campanha à reeleição. "O vice é aquela pessoa que está ao seu lado nos momentos difíceis", disse o presidente, em julho de 2022. "O vice não pode ser aquela pessoa que conspira contra você."

Aquela altura, a virada de mesa era o plano A de um grupo político que tinha pesadelos com uma derrota. Com influência no topo das Forças Armadas, desenvoltura autoritária e interesse direto no golpismo, Braga Netto seria peça central de uma conspiração a favor de Bolsonaro.

A dobradinha entre o capitão e o general é a arma fumegante da tentativa de golpe. Os dois foram escalados como protagonistas na sessão de depoimentos à PF nesta quinta (22). Apesar do silêncio de Bolsonaro, os agentes já reuniram fartas evidências dessa tabelinha.

As investigações sugerem que Braga Netto dava incentivos aos planos de Bolsonaro e atuava como o operador das diversas engrenagens de um dispositivo que, por mais de um ano, preparou aquela trama.

Como ministro da Defesa, o general inaugurou a participação dos militares na comissão do TSE que deveria fiscalizar a eleição, pilar da trapaça que tinha o objetivo de corroer a credibilidade das urnas. Depois, já fora do cargo, ele se sentou ao lado de Bolsonaro na reunião em que o presidente discutiu a fabricação de pretextos para anular a votação.

Braga Netto também se dedicou a estimular, dentro e fora da caserna, a agitação desejada para deflagrar o golpe. Disseminou elogios a militares que aderiram à conspiração, como o comandante da Marinha, e coordenou um movimento de intimidação dos chefes que ficaram em silêncio. Enquanto isso, encorajava a manutenção de acampamentos em frente aos quartéis com declarações como "não percam a fé".

O próprio general era um crente fervoroso. A quatro dias de Bolsonaro perder o cargo, Braga Netto trocava mensagens com aliados para especular sobre a distribuição de cargos. "Se continuarmos", escreveu.

Os novos ritmos nas bocas

Ruy Castro

Vivo dizendo que a adoção da sigla burra "MPB" analfabetizou o povo brasileiro para a riqueza rítmica da música popular. Quando ela foi criada, nos anos 60, era só um jeito de classificar certo tipo de música que não era bossa nova, rock ou sertanejo. Mas acabou definindo tudo. Com a "MPB", as pessoas desaprenderam a se referir a uma canção como um samba, choro, frevo, baião, xaxado, marcha-rancho, marchinha, valsa, fox, toada, modinha, batucada ou catereté.

Não é que esses ritmos tivessem deixado de existir —apenas deixaram de ser chamados pelo nome. Com perdão pelas aspas, virou tudo "MPB". Hoje até Chiquinha Gonzaga, morta em 1935, é "MPB".

O samba foi a maior vítima dessa desidratação. Sua floresta de troncos e raízes aéreas —samba-canção, samba de breque, samba-choro, samba de Carnaval, samba-enredo, samba-exaltação, samba de gafieira, samba de partido-alto, samba-maxixe, samba de quadra, samba de terreiro, samba de roda, samba rural, samba-coco, sambajongo, sambalada, sambolero, sambatuque, sambalanço, samba-jazz, samba-rock e muitas outras, além da bossa nova— reduziu-se a meia-dúzia de galhos secos. Samba, agora, é coisa de escola de samba no Carnaval e pagode no resto do ano. Se não gostar, coma menos.

Mas que sei eu do que rola por aí? A meu pedido, o escritor Marcelo Dunlop catalogou uma lista de novos ritmos nas bocas. Olha só: tecnomelody, tecnobrega, brega funk, pagefunk, pagonejo, trap funk, funk melody, funknejo, funk ostentação, groove funkeado, gospelnejo, brega romântico, brega pop, brega calipso, pisadinha, batidão, sofrência, pop folk, reggaeton, forró eletrônico, forrogode, forrocore, forronejo, frevo fusion, guitarrada, maracatu de baque virado e, claro, sertanojo.

Nunca ouviu falar de alguns? Mas, se ouviu falar de outros, já está bom. Só um ouvido para lá de treinado consegue distingui-los uns dos outros.

Estudantes (re)conectados

Priscilla Bacalhau

Doutora em economia, consultora de impacto social e pesquisadora do FGV EESP Clear

O dia a dia nas escolas começou um pouco diferente para milhares de estudantes neste ano. A geração que já nasceu conectada agora enfrenta restrições no uso de celulares em algumas redes.

Aos alunos da rede pública municipal do Rio de Janeiro está vetado o uso de celulares nas dependências das escolas, inclusive nos intervalos. Os aparelhos já não eram permitidos em salas de aula desde o ano passado. Algumas exceções se aplicam, como em casos de alunos com deficiência, urgência ou emergência, ou quando autorizado pela equipe gestora da escola. O uso também é permitido para atividades pedagógicas específicas.

A medida adotada pelo Rio de Janeiro pode causar espanto e resistência, mas não surgiu do nada. Para embasar a decisão, foi realizada uma consulta pública pela secretaria municipal em 2023, cujos resultados apontam forte apoio de pais e responsáveis à proibição.

Medidas semelhantes de restrição ao uso do aparelho já são adotadas Brasil afora por escolas privadas e por professores que ousam enfrentar a lógica da sociedade digital em prol do ambiente pedagógico. No mundo, um em cada quatro países tem regulamento banindo ou restringindo o uso de celulares por estudantes nas escolas, de acordo com levantamento da Unesco publicado no ano passado.

A motivação para estabelecer tais restrições reside nos possíveis efeitos adversos que o uso de telas e mídias sociais traz para o cérebro em desenvolvimento de crianças e adolescentes. O uso excessivo de celular, tão potencializado na pandemia, afeta negativamente a capacidade de concentração, a interação social e a saúde mental. A dependência digital pode levar a problemas de sedentarismo e distorção de imagem, entre outras consequências. Isso é verdade também para adultos, mas afeta sobremaneira o desenvolvimento infanto-juvenil.

Apesar do consenso sobre os efeitos negativos do uso excessivo da tecnologia, ainda não se sabe se o banimento total do celular nas escolas é a melhor estratégia de mitigação. Em países que já adotam políticas análogas há mais tempo, existem evidências de redução do bullying digital e melhores resultados na aprendizagem.

A medida enfrenta resistência de alunos, já viciados no aparelho. Há também o risco de ser inócua devido a dificuldades de implementação. Mas a tendência é que se expanda para outras redes no país, pois tirar o celular do centro do processo educativo pode contribuir, no longo prazo, para retornar o foco para a interação social e o aprendizado.

A esperança é que a desconexão do celular possa gerar as desejadas reconexões: com a escola, com os colegas e com si próprio.